

Entre memórias e interferências: a sobrevivência da arquitetura e do patrimônio cultural indígena

Between memories and interferences: the indigenous survival of architecture and of cultural heritage.

Entre memorias e injerencias: la supervivencia de la arquitectura y del patrimonio cultural indígena.

Luís Otávio Cunha Prado.

Graduando, UFJF, Brasil.
luis.prado@arquitetura.ufjf.br

Leonardo de Oliveira Carneiro.

Professor Doutor, UFJF, Brasil.
leo.ufjf@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A história e a memória, mesmo com suas ligações têm formulações diferentes. Quais foram os ditadores da história nacional e ou mundial? Para Pollak (1989, p.4) “numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas. Como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” e ainda expressa que a história tem sido escrita pelos vencedores.

Pensando assim os fatos históricos têm sua relação duvidosa quanto sua real formulação. E quando trazidos para o contexto da produção histórica indígena brasileiro, isso se comprova. Pois como afirma Monteiro (1995) e Almeida (2017) os escritos históricos acerca dos povos indígenas, de forma geral, têm menosprezado o seu protagonismo.

Contudo, a memória se torna um importante conformador e ambiente de permanência cultural dos povos mais marginalizados como reconhece Pollak (1989). E também como possuidora de até mesmo uma memória herdada, que carrega através do tempo esta história suprimida (POLLAK, 1992).

Com isso, o presente trabalho parte da hipótese de que a memória é o signo principal como mantenedor do patrimônio cultural material e imaterial indígena, no entanto está submetida a transformações e devido a isso está apta a ineficácia para compatibilização exata com as culturas ancestrais. Nessa perspectiva o capital e a burguesia são os principais condutores da transformação da cultura e do espaço. Principalmente quando se pensa o sistema “globalizado” que vem se aprimorando desde muito tempo atrás (HARVEY, 2009).

Entretanto, se torna importante este objeto de estudo, com a intenção de elaborar mais conteúdos históricos a respeito de um povo marginalizado, que segundo Almeida (2017, p.18) “embora ainda lentas, as mudanças, além de significativas, são de importância fundamental do ponto de vista acadêmico, social e político, tanto para os povos indígenas quanto para os não indígenas” pois a não compreensão pode agir de forma danosa¹. Além de incentivar a valorização dos saberes ancestrais indígenas perpassados pela memória, no intuito de os preservar.

2 OBJETIVOS

O presente artigo tem como objetivo geral: analisar de forma crítica de que modo a arquitetura e o patrimônio cultural indígena tem sobrevivido². Aprofundando este, elenca-se os seguintes objetivos específicos: identificar e diagnosticar as intervenções relacionadas ao Capital e a Burguesia e analisar as influências do resultado da memória, historicamente, além de observar as resultantes destes aspectos sobre a arquitetura e o patrimônio cultural.

3 MÉTODO DE ANÁLISE

A fim de se comprometer aos objetivos da pesquisa, utiliza-se o materialismo histórico dialético (NETTO, 2011), com o intuito de estudar as relações materiais de produção, expressas

¹ Como acrescenta Almeida (2017, p.20) “além de extremamente danosas à autoestima dos índios, reforçam entre os não indígenas sentimentos preconceituosos e discriminatórios que resultam em atitudes de intolerância e violência contra eles”.

² No trabalho prezamos pela utilização da palavra “sobrevivência” ao invés de “resistência” pois como afirma Krenak em uma entrevista ao Le Monde Diplomatique Brasil, o uso de “resistência” se tornou inapropriado quando destinados aos povos marginalizados. Disponível em: <https://youtu.be/KRTJlh1os4w>. Acesso em: 20 abr. 2020.

pela necessidade de existir; a partir das seguintes categorias de Marx: história, contradição e trabalho. A partir de pesquisa bibliográfica, a análise buscará identificar a presença e a relação das categorias supracitadas a partir do objeto e dos objetivos da pesquisa.

Desse modo, inicialmente analisou-se as formas que a história indígena, cultural e arquitetônica se transforma, se compõe e se mantém pela memória e pelos escritos, logo observou-se também as relações produtivas dos mesmos, pontuando-se por suas relações entre passado para presente.

4 RESULTADOS

A dialética modificação dos espaços e a conformação das cidades, tem se perpetuado desde muito tempo. A “globalização” segundo Harvey (2009) tem ocorrido desde 1492, ou até mesmo anteriormente e tem realizado significativas mudanças político-econômicas. E também destaca que “a burguesia tanto cria como destrói os fundamentos geográficos - ecológicos, espaciais e culturais - de suas próprias atividades, construindo um mundo à sua própria imagem e semelhança” (HARVEY, 2009, p.40). Alterando desta forma a história e o cotidiano de todo sistema capitalista, assim como afirma Harvey (2018, p.139) “o capital se esforça para produzir uma paisagem geográfica favorável a sua própria reprodução e subsequente evolução” e acrescenta que “o modo como a paisagem evolui afeta tanto a acumulação de capital quanto a maneira como se manifestam as contradições do capital e do capitalismo no espaço, no lugar e no tempo”.

Partindo disto, a memória segue como um fator importante para conservação da identidade social na história; construídas pelos acontecimentos vividos pelo coletivo, com a participação nem sempre obrigatória, mas com uma socialização política e histórica, projetam uma identificação com o passado, situando-a perto de uma memória herdada. (POLLAK, 1992). Porém, a memória está sujeita a modificações durante o tempo. Pollak (1992) enfatiza que podem sofrer flutuações e agem de forma seletiva e Pallasmaa (2011, p.64) diz que a “percepção, memória e imaginação estão em interação constante; a esfera do presente se funde com imagens de memória e fantasia”.

Com o intuito de compreender os processos históricos de formação e o conseqüente desenvolvimento da sociedade brasileira, torna-se essencial e importante contar com a presença e protagonismo dos diversos povos nativos (ALMEIDA, 2017; MONTEIRO, 1995) dos quais “foram todos chamados índios” (ALMEIDA, 2017, p.18). Dessarte, Almeida(2017,p.19) destaca que “A pouca importância dada às atuações dos índios e o apagamento de suas identidades étnicas construíram-se *pari passu* com a supervalorização do desempenho dos colonizadores em narrativas eurocêntricas e preconceituosas”, das quais minimizam atuação indígena como de povos ingênuos.

A partir deste, acentua-se a colocação de Almeida (2017) em que retrata que os povos indígenas tiveram uma colaboração inerente no processo colonizador europeu, a contar pelas alianças geradas no intuito de vencer guerras e gerar o genocídio e escravização dos povos indígenas resistentes. Desta forma, compreende-se uma relação direta da burguesia europeia, com finalidade de converter os índios apoiados em laços; que futuramente serão descartados e substituídos pela intrínseca vontade de os formular como a sua imagem e semelhança. Que podem ser afirmados por Almeida (2017) mais a frente, quando relata os processos de

destruição das aldeias por disputas pela terra durante o século XVIII sendo mais precisamente no decorrer do século XIX.

Em vista disso, salienta-se os processos que mencionados por Almeida (2017) como processos de “etnificação”, que analisados concatenados aos processos de etnogênese e que, inertes a situações de violência e desafio, resultam na transformação das práticas e relações culturais e até mesmo em novas ligações identitárias. Porém, Pollak (1989) sinaliza que os povos submetidos a desvalorização e estas situações, ainda sim conseguem manter em sua memória aspectos ocorridos historicamente pela “memória subterrânea”, e que esta memória tende a retornar posteriormente.

E essas memórias relacionadas a essas disputas pela terra citadas anteriormente incentivadas por um sistema globalizado, associadas a compreensão de cidade como espaço de civilidade, e a alienação do povo na atualidade pode-se afirmar também com Krenak (2019, p.9):

“A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos.”

Além da conformação e transformação cultural e identitária dos povos, em um recorte, obtém-se um objeto que também de forma incessante recebeu influências nas formas de produção e na sua historicização durante a história, que é a arquitetura. Segundo Faria (1951), a produção histórica sobre, é composta por poucos escritos, e para produção desta ao utilizar o método histórico cultural se mostrou regrado de falhas, resultantes da busca a museus europeus que embora copiosos, eram resultantes de despojo o que demonstra uma relação de inimigos, e os produtos como espólios. Assinalando, assim, o fato da visão europeia quanto aos povos indígenas na época e o desprezo pela produção histórica.

Ademais, Faria (1951) sublinha que diversas formas de construir indígenas também foram influenciados, como as ocas quadrangulares verdadeiras. Modificando os meios de produção e o trabalho. Trazendo transformações ativas no patrimônio cultural imaterial (nas formas de construir e no pensamento das metodologias) e material (nos objetos construídos e nas arquiteturas que foram destruídas pela dominação da terra).

Todavia, Weimer (2012) afirma que persevera contribuições indígenas na arquitetura popular brasileira e destaca algumas como as construções provindas dos seringueiros na Amazônia e também apresenta as varandas que é um método para manter a ventilação das casas e seu uso como um ambiente de descanso. Demonstrando assim que mesmo com influências, ela de forma mínima se mantém na memória, já que escritos se tornaram ineficiente devido a relação direta das influências.

Entre tantos, trazendo uma relação contemporânea, onde se posiciona os bens de importância cultural, apoiados na patrimonialização; ressalta-se sua usabilidade como um fator recente. Datando como primeiro Decreto-lei, o Decreto-lei nº 25, de 30 de Novembro 1937. Do qual se

se mantém de forma generalista e foi revogado posteriormente pela Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216. Incluindo assim no Artigo 216, inciso II: “os modos de criar, fazer e viver” (BRASIL, 1988). Além de substituir a nomenclatura Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro (IPHAN, s.d.). O que quando relacionado com a transformação histórica e as contradições, demonstram uma ineficácia para preservar o bem ancestral em sua pureza. Com uma aplicabilidade somente com resultados nas produções que se mantém na contemporaneidade.

Desse modo, enfatiza-se a importância da patrimonialização de toda cultura dos povos indígenas e a permanência deles como comunidade que compartilha dos saberes ancestrais, prezando também pela preservação do território, do qual poderia ser assegurado pelo inciso IV: “as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais”(BRASIL, 1988), mas que atualmente não garante a demarcação necessária para sobrevivência nem a permanência deles no território, assim salienta-se a propostas de leis que garantem essa demarcação territorial e a não desterritorialização devido ao fato de estarem sujeitos a transposição para outras terras pelo governo.

5 CONCLUSÃO

Entende-se, por fim, que os Patrimônios sobreviveram devido a memória, que mesmo com decomposições, foi herdada e se mantém em pequenos aspectos do construir. O fator histórico recebeu influências burguesas providas do capital e a forma de trabalhar indígena também foi alterada. Também evidencia-se a importância do território para que a memória não seja influenciada de forma agressiva. Indica-se para trabalhos futuros que analisem arquiteturas e patrimônios culturais de forma aprofundada, a fim de diagnosticar quais são os aspectos que sobreviveram com o tempo, e como o território atua como importante conservador de memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas**. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38, maio 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-02>>. Acesso em: 27 Abr. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: **Artigo 216**. promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 27 Abr. 2020.

FARIA, Castro. **Origens culturais da habitação popular no Brasil**. Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Secção de Antropologia, n. 12, 1951.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Espaços de Esperança**. 3. edição. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>> Acesso em 27 Abr. 2020.

KRENAK, Ailton. **Idéias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Schwarcz, 2019.

Revista Científica ANAP Brasil

ISSN 1984-3240 - Volume 13, número 30, 2020

MONTEIRO, John Manuel. **O desafio da História Indígena no Brasil**. In: SILVA, Aracy Lopes da S.; GRUPIONI, Luís D. Benzi (Ed.) A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus. Brasília: MEC; Mari; Unesco, 1995. p.221-228

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Porto Alegre: Bookman, 2011

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**.. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>. Acesso em: 27 Abr. 2020.

_____. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 09 Mai. 2020.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.